



Ata da Sessão da Assembleia de Freguesia de Figueiró (Santiago e Santa Cristina)
Concelho de Amarante

Ata n.º 1/2026

Aos vinte e quatro dias do mês de abril, de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, reuniram em sessão ordinária, na Sede da Junta de Freguesia sob a presidência de Carlos Marques da Silva Macedo, os elementos da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina), com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ponto Um: Apreciação do relatório da atividade da Junta e da sua situação financeira -----

-----Ponto Dois: Apreciação e votação da Conta de Gerência de 2025 -----

-----Ponto Três: Apreciação e votação da 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos de 2026 -----

-----Ponto Quatro: Apreciação e votação do Regulamento de Apoio à Natalidade -----

-----Ponto Cinco: Apreciação e votação da atualização das taxas -----

-----Ponto Seis: Apreciação e votação à alteração do Regimento da Assembleia de Freguesia-----

-----O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia iniciou a sessão colocando à votação a ata da sessão anterior, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Antes de encetar o período da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura de expediente enviado a esta Assembleia. Assim, deu conhecimento do convite enviado pelos Bombeiros Voluntários de Vila Meã para a celebração do seu quadragésimo quinto aniversário. Dando continuidade do cumprimento ao expediente e à leitura da correspondência recebida, foi dado conhecimento à Assembleia de uma comunicação remetida pelo Moto Clube Figueiró, subscrita pelo respetivo Presidente, António Cruz, através da qual a associação manifesta interesse na eventual cedência de um espaço destinado ao desenvolvimento da sua atividade associativa. Na referida comunicação, a associação expôs a sua atividade e intervenção junto da comunidade local, salientando a importância do associativismo e das iniciativas promovidas ao longo dos anos, bem como a necessidade de dispor de condições adequadas ao desenvolvimento das respetivas atividades. Foi ainda transmitida a disponibilidade da associação para assegurar a manutenção e conservação do eventual espaço a disponibilizar, assumindo um compromisso de utilização responsável e de valorização do património que possa vir a ser colocado à sua disposição. Após leitura e tomada de conhecimento do teor da comunicação, o assunto foi registado pela Assembleia, reforçando que

esta tem apenas poder deliberativo, não lhe cabendo qualquer decisão executiva, uma vez que essa competência cabe apenas à Junta.-----

-----Em seguida, o senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para o período antes da ordem do dia.-----

-----Tomando a palavra, a Deputada Bárbara Luís, solicitou esclarecimentos relativamente ao preenchimento da vaga na área da enfermagem, questionando o modo como foi efetuado o processo de seleção, designadamente os critérios utilizados para a escolha do profissional, bem como a natureza do vínculo estabelecido, procurando esclarecer se se trata de uma prestação de serviços.-----

-----Questionou ainda o Executivo acerca do ponto de situação da Rua da Igreja, em Santa Cristina, solicitando informação sobre o desenvolvimento do processo e eventual calendarização de intervenção.-----

-----Seguidamente, usou da palavra a Deputada Rosário Costa, que começou por solicitar a correção do seu nome constante do Relatório de Gestão e Contas, referindo que o mesmo deverá constar como Rosário Costa e não Rosário Cunha.-----

-----Prosseguindo a sua intervenção, solicitou esclarecimentos relativamente à vaga em aberto para lugar de funcionário. Por último, questionou o Executivo acerca dos apoios prestados às associações da freguesia, procurando esclarecer qual a contribuição atribuída, nomeadamente no que respeita ao pagamento de despesas associadas a consumos de eletricidade e água.-----

-----Usou posteriormente da palavra o Deputado João Fidalgo, que solicitou esclarecimentos e apresentou um alerta na sequência da análise do cartaz publicitário relativo ao Convívio da Amizade 2026, referindo ter verificado que o evento surge divulgado como sendo organizado em parceria com a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. Nesse âmbito, questionou se o grupo organizador do referido convívio se encontra legalmente constituído, procurando igualmente esclarecer, na eventualidade de ocorrência de alguma situação menos favorável ou incidente durante a realização do evento, a quem caberá a respetiva responsabilidade.-----

-----O Deputado referiu ainda que a divulgação dos projetos existentes na freguesia lhe parece ser reduzida ou, em alguns casos, inexistente, apelando a uma maior divulgação e acessibilidade da informação, para que os diversos projetos e iniciativas possam ser do conhecimento de toda a população.-----

-----Seguidamente fez uso da palavra o Deputado Hélder Pinto, solicitando esclarecimentos relativamente ao ponto de situação das obras na Rua dos Poços e na Rua das Agradas, procurando obter informação sobre o estado de desenvolvimento dos respetivos processos, bem como sobre a previsão de execução das intervenções previstas.-----

-----Em resposta às questões colocadas pela Deputada Bárbara Luís, o senhor Presidente da Junta, Samuel Cardoso, esclareceu que aquando do lançamento do concurso para preenchimento da vaga na área da enfermagem, o mesmo já se encontrava aberto para um regime de prestação de serviços. Mais esclareceu que, para o preenchimento da referida vaga, foram definidos e aplicados critérios de seleção, tendo em vista assegurar a adequação do perfil do candidato às funções a desempenhar.-----

-----Relativamente à situação da Rua da Igreja, em Santa Cristina, o Executivo informou que a mesma já foi reportada às entidades competentes, designadamente à Câmara Municipal e à Águas do Norte, encontrando-se a aguardar desenvolvimento e acompanhamento da situação.

-----Em resposta às questões colocadas pela Deputada Rosário Costa, o Executivo começou por informar que será efetuada a correção do nome constante do Relatório de Gestão e Contas, devendo passar a constar Rosário Costa, em substituição de Rosário Cunha.

-----Relativamente às vagas de pessoal, o Executivo esclareceu que uma das vagas existentes já se encontra preenchida pela assistente técnica Emília Macedo. Quanto à outra vaga, informou tratar-se de um lugar inicialmente previsto para calceteiro, existindo, contudo, a intenção de proceder à sua alteração para a categoria de assistente operacional, por se considerar mais ajustada às necessidades atuais da freguesia. Mais foi referido que a Junta pretende solicitar à Câmara Municipal a atribuição de mais vagas de pessoal, mantendo-se, para já, a referida vaga em aberto.-----

-----No que respeita aos apoios concedidos às associações da freguesia, o Executivo esclareceu que os valores atualmente atribuídos não são uniformes nem equiparados, variando em função das necessidades, atividades desenvolvidas e apoio prestado à comunidade. Foi ainda referido existir a intenção de proceder à revisão deste modelo de apoio, através da definição de um valor base de quinhentos euros para cada associação, passível de reforço em função do contributo efetivamente prestado por cada entidade à comunidade local. No decurso dos esclarecimentos, o Executivo indicou os apoios atualmente atribuídos a diversas instituições e associações, designadamente: Associação Desportiva de Figueiró (ADF) – mil euros (€1000,00); Associação Columbófila – quatrocentos e cinquenta e um euros (€451,00), correspondentes a despesas de água e eletricidade; Moto Clube – seiscentos e oitenta euros (€680,00), correspondentes a despesas de água e eletricidade; Rancho – mil e quinhentos euros (€1.500,00), acrescidos dos respetivos seguros de responsabilidade; Festa da Catequese – quarenta e dois euros e quarenta e um cêntimos (€42,41); Associação Humanitária – dois mil e quinhentos euros (€2.500,00); Cicloturismo – oferta de tijoleiras, com valor aproximado de seiscentos euros (€600,00); Banda de Música de Mancelos – quinhentos euros (€500,00); Bombeiros Voluntários de Vila Meã –

quinhentos euros (€500,00); Liga dos Amigos do Hospital – quinhentos euros (€500,00). Concluiu o Executivo referindo que a revisão do modelo de apoio às associações será objeto de análise futura, com vista à adoção de critérios mais uniformes e ajustados à realidade das instituições da freguesia.-----

-----Em resposta às questões colocadas pelo Deputado João Fidalgo, o senhor Presidente da Junta esclareceu que, à semelhança do que sucede com outros eventos realizados na freguesia, a Junta de Freguesia assume o papel de promotora e parceira, sendo esse também o enquadramento adotado relativamente ao Movimento do Convívio da Amizade 2026. No que respeita às questões relacionadas com responsabilidade e segurança do evento, foi esclarecido que os seguros são assegurados através da Junta de Freguesia, abrangendo quer os elementos envolvidos na organização e funcionamento do evento, quer os participantes e público presente, encontrando-se garantida a cobertura através de seguro de responsabilidade civil. Foi ainda referido que o evento se encontra devidamente licenciado pela Câmara Municipal, tendo igualmente sido solicitada a presença das forças de segurança e socorro, designadamente da Guarda Nacional Republicana (GNR) e dos Bombeiros Voluntários de Vila Meã, por forma a assegurar as necessárias condições de segurança e apoio.-----

-----Relativamente à divulgação dos projetos em curso, o Executivo referiu que já se encontra instalado um outdoor junto à entrada do cemitério, com o objetivo de dar a conhecer à população a proposta prevista para o novo espaço. Mais esclareceu que tem vindo a prestar informações sobre o ponto de situação das obras e projetos em desenvolvimento, referindo, contudo, que a divulgação integral dos mesmos apenas será efetuada após se encontrarem ultimados todos os pormenores técnicos e administrativos, incluindo a elaboração do respetivo caderno de encargos, momento a partir do qual os documentos poderão ser tornados públicos e acessíveis à população.-----

-----Relativamente às questões suscitadas pelo Deputado Hélder Pinto, o Executivo informou que os problemas identificados na Rua dos Poços e na Rua das Agradas já haviam sido reportados na sequência da tempestade Kristin, encontrando-se as situações devidamente sinalizadas junto das entidades competentes, aguardando desenvolvimento das intervenções necessárias.-----

-----Ato contínuo, o senhor Presidente da Assembleia deu início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos: Apreciação do relatório da atividade da Junta e da sua situação financeira.-----

-----Não havendo qualquer pedido de esclarecimento relativamente a este ponto, o senhor Presidente da Assembleia deu início ao ponto número dois da ordem de trabalhos: Apreciação e votação da Conta de Gerência de 2025.-----

-----Tomando a palavra, o senhor Deputado João Fidalgo, solicitou esclarecimentos relativamente aos valores inscritos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), designadamente no que respeita à obra do cemitério, referindo que, na segunda alteração do PPI, o montante inicialmente previsto de quarenta mil e cem euros (€40.100,00) terá sido posteriormente alterado para quarenta e dois mil e cem euros (€42.100,00), verificando-se, numa fase posterior, a inscrição do valor de sete mil euros (€7.000,00), motivo pelo qual solicitou esclarecimentos sobre a evolução e fundamentação dos referidos montantes. Questionou igualmente o facto de a obra ter sido realizada por ajuste direto, referindo que, apesar do enquadramento legal deste procedimento, considera aconselhável a respetiva publicitação, procurando esclarecer as razões pelas quais tal não terá ocorrido. Interrogou o Executivo acerca da entidade adjudicatária da obra, referindo que, após consulta efetuada, verificou que a empresa Trilhos Rústicos poderá não dispor de habilitação adequada para trabalhos de movimentação de terras e construção de muros, solicitando esclarecimentos adicionais relativamente à adjudicação efetuada.-----

-----Em esclarecimento às questões colocadas pelo Deputado João Fidalgo, o Executivo informou que a alteração dos valores inscritos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), relativamente à obra do cemitério, se encontra relacionada com o protocolo celebrado com a Câmara Municipal. Foi explicado que, numa fase inicial, não foi possível executar a totalidade da verba inicialmente prevista, na ordem dos cinquenta mil euros (€50.000,00), pelo facto do procedimento ter sido encetado já no final do ano económico, circunstância que apenas permitiu a utilização de aproximadamente dezasseis mil euros (€16.000,00) até ao encerramento do exercício. Mais foi referido que a maior parte da execução financeira da obra veio a ocorrer já no presente ano, justificando-se, desse modo, a evolução dos montantes refletidos no PPI.-----

-----Relativamente à empresa Trilhos Rústicos, o Executivo esclareceu que a mesma se encontra devidamente habilitada e contempla os requisitos necessários para a execução dos trabalhos adjudicados, referindo ainda que a Câmara Municipal não procederá ao pagamento da obra caso a empresa não reunisse os critérios de elegibilidade legalmente exigidos.-----

-----No que concerne ao ajuste direto, o mesmo ainda não foi reportado, não estando ainda no site base.gov.pt.-----

-----Após o esclarecimento de todas as dúvidas colocadas, o senhor Presidente da Assembleia colocou a votação a Conta de Gerência de 2025, tendo sido aprovada por unanimidade. A mesma foi aprovada no imediato em minuta.-----

-----Em seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu início ao terceiro ponto da ordem de trabalhos: Apreciação e votação da 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos de 2026.-----

-----No decurso da apreciação deste ponto, usou da palavra o Deputado João Fidalgo, que solicitou esclarecimentos relativamente aos valores constantes da Primeira Alteração Modificativa do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos para 2026. Referiu ter verificado um aumento significativo dos montantes previstos para algumas obras e intervenções, questionando os motivos que justificam essa atualização, salientando que, em determinados casos, os valores apresentados se aproximam do dobro dos inicialmente previstos.

-----Em resposta ao solicitado, o senhor Presidente da Junta, esclareceu que a Primeira Alteração Modificativa do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos para 2026 teve por base o orçamento anteriormente aprovado, referindo que o aumento verificado em algumas rubricas resulta, em parte, da existência de despesas e faturas que transitaram do exercício anterior e que se encontravam ainda por regularizar. Mais referiu que, em consequência dessa situação, se tornou necessário proceder ao reforço de determinadas dotações orçamentais, justificando-se assim o aumento dos valores previstos para algumas intervenções.-----

-----Deu ainda a informação de que a situação relativa à pavimentação do Caminho da Cocheira se encontra a ser acompanhada. Esclareceu, contudo, que aquela via não dispõe atualmente de rede de saneamento e que as Águas do Norte não se encontra na disponibilidade para efetuar novas ligações. Referiu ainda que, após resolução desta situação, é intenção da Junta proceder à pavimentação do referido caminho.-----

-----Foi igualmente informado que a Travessa dos Herdeiros se encontra contemplada para futura intervenção de pavimentação.-----

-----Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia colocou a votação a 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos de 2026, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Em seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu início ao quarto da ordem de trabalhos: Apreciação e votação do Regulamento de Apoio à Natalidade.-----

-----Tomou a palavra a Deputada Rosário Costa, que começou por felicitar o Executivo pela iniciativa apresentada, considerando tratar-se de uma medida relevante de apoio às famílias e de incentivo à fixação de população na freguesia. Solicitou esclarecimentos relativamente aos valores previstos no regulamento e a forma como os mesmos serão atribuídos aos potenciais beneficiários.-----

-----Em resposta à questão colocada, o Executivo esclareceu que o regulamento prevê a atribuição de um apoio financeiro no valor de duzentos euros (€200,00) por criança, complementado com a disponibilização de uma consulta de pediatria e de uma consulta de aconselhamento. Mais referiu que os valores apresentados correspondem a uma estimativa

efetuada para efeitos de implementação da medida, podendo os mesmos vir a ser ajustados em função da respetiva aplicação prática e da procura que o programa venha a registar.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o Regulamento de Apoio à Natalidade, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia deu início ao quinto ponto da ordem de trabalhos: Apreciação e votação da atualização das taxas.-----

-----No âmbito da apreciação da proposta de atualização das taxas, usou da palavra o Deputado Hélder Pinto, que solicitou esclarecimentos relativamente aos valores praticados para aquisição de campas nos cemitérios da União de Freguesias. Referiu, em particular, que o valor previsto para as campas no cemitério de Santa Cristina é de mil e quinhentos euros (€1.500,00), enquanto no cemitério de Santiago o valor ascende a cinco mil euros (€5.000,00), questionando os motivos que justificam esta diferença de valores entre os dois cemitérios.-----

-----Na sequência da questão colocada, o senhor Presidente da Junta esclareceu que os valores atualmente praticados para as campas nas primeira, segunda e terceira secções dos cemitérios de Santiago e de Santa Cristina são idênticos, em ambos os casos, ascendendo a mil e quinhentos euros (€1.500,00). Mais referiu que a diferença dos valores mencionados pelo senhor Deputado diz respeito à quarta secção do cemitério de Santiago, ainda em fase de projeto, para a qual o Regulamento prevê valores distintos dos atualmente praticados, nomeadamente cinco mil euros (€5.000,00) para campas e vinte e sete mil e quinhentos euros (€27.500,00) para capelas. Esclareceu ainda que tais valores constam da proposta regulamentar apresentada, estando associados às características específicas da intervenção projetada para aquela secção do cemitério.-----

-----Não havendo mais pedidos de esclarecimento relativo a este ponto, o senhor Presidente da Assembleia colocou a votação da atualização das taxas, tendo sido aprovada por unanimidade.--

-----Em seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu início ao sexto ponto da ordem de trabalhos: Apreciação e votação à alteração do Regimento da Assembleia de Freguesia.-----

-----Relativamente a este ponto o senhor Presidente da Assembleia informou os presentes sobre o trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho constituído para o efeito, procedendo à apresentação das principais alterações propostas ao documento.-----

-----No decurso da discussão, usou da palavra a Deputada Bárbara Luís, que suscitou uma questão relativamente ao tempo destinado à intervenção do público nas sessões da Assembleia de Freguesia, sugerindo que o mesmo pudesse ser alargado, de forma a permitir uma participação mais ampla dos cidadãos nos assuntos de interesse para a freguesia.-----

-----Em resposta, o senhor Presidente da Assembleia esclareceu que o período atualmente previsto no Regimento segue os critérios habitualmente adotados nas Assembleias Municipais e se encontra em conformidade com o enquadramento legal aplicável. Acrescentou ainda que não se pretende estabelecer regras que contrariem ou ultrapassem os limites legalmente previstos, motivo pelo qual se considera adequado manter a redação constante da proposta apresentada.---

-----Após análise e discussão da alteração do Regimento da Assembleia de Freguesia, o senhor Presidente da Assembleia colocou a mesma em votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-

-----Concluída a apreciação do ponto anterior, o Presidente da Assembleia solicitou autorização ao plenário para proceder à introdução de um novo assunto na ordem de trabalhos, a constar como sétimo ponto.-----

-----Submetida a proposta à consideração da Assembleia, a mesma foi aprovada por unanimidade, tendo sido aditado o seguinte ponto à ordem de trabalhos:-----

-----Ponto VII – Análise e aprovação do Inventário da Freguesia-----

-----Entrando na apreciação do ponto, o Executivo apresentou o Inventário da Freguesia, procedendo ao enquadramento do documento e à identificação dos bens e elementos patrimoniais nele constantes.-----

-----Após análise do documento e prestados os esclarecimentos considerados necessários, o Inventário da Freguesia foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Não havendo mais inscrições para os pontos da ordem de trabalho, o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia abriu as inscrições para a intervenção do público.-----

-----No período destinado à intervenção do público, usou da palavra António Cruz, que, reportando-se à comunicação anteriormente remetida pelo Moto Clube Figueiró e lida no período de expediente, solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação do pedido apresentado e sobre a eventual resposta da Junta de Freguesia à pretensão da associação. Referiu ainda que o Moto Clube Figueiró conta atualmente com cerca de seiscentos associados, motivo pelo qual considera fundamental a disponibilização de um espaço adequado ao desenvolvimento das atividades promovidas pela coletividade, reforçando a necessidade de encontrar uma solução que permita dar resposta às necessidades da associação e dos seus associados.-----

-----Seguidamente, usou da palavra Adão Ferreira, que solicitou esclarecimentos relativamente à situação das águas na Rua da Calçada de Pousada, questionando se o problema anteriormente identificado se encontra já resolvido ou se existe alguma intervenção prevista para a sua resolução definitiva.-----

-----Usou posteriormente da palavra Bruno Ferreira, que apelou à consulta e leitura da ata da sessão anterior na página da internet da Junta, considerando importante a sua análise para esclarecimento de matérias anteriormente discutidas e para um melhor acompanhamento dos assuntos tratados pela Assembleia de Freguesia.-----

-----Usou posteriormente da palavra Diogo Cunha, na qualidade de Presidente da ADF, referindo que tomou conhecimento de que outra associação terá solicitado a utilização do Campo de Santiago, apesar de a ADF ter manifestado anteriormente interesse na utilização daquele espaço. Esclareceu que a associação se encontra atualmente a utilizar o Campo de Santa Cristina, mas salientou que o pedido de utilização do Campo de Santiago foi efetuado há já bastante tempo, existindo inclusivamente uma ata assinada com o anterior Executivo na qual, segundo referiu, ficou registado o compromisso de que a ADF viria a utilizar aquele equipamento desportivo. Prosseguindo a sua intervenção, recordou o percurso e a história da associação no contexto da freguesia, defendendo que, tendo em consideração o trabalho desenvolvido ao longo dos anos e a ligação da coletividade à comunidade local, deverá ser a ADF a beneficiar da utilização do Campo de Santiago.-----

-----Em resposta à intervenção de António Cruz, o senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a Assembleia de Freguesia é um órgão deliberativo e fiscalizador, não dispondo de competências executivas para decidir sobre a matéria em causa. Referiu, por esse motivo, que as questões relacionadas com a eventual cedência de espaços e demais decisões de natureza executiva se inserem no âmbito das competências da Junta de Freguesia, competindo a este órgão analisar e decidir sobre os pedidos que lhe sejam apresentados.-----

-----Em resposta à questão colocada pelo senhor Adão Ferreira, o Presidente da Junta de Freguesia informou que, conforme já havia sido transmitido em reunião presencial anteriormente realizada, a solução identificada para o problema passa pela canalização das águas pluviais e das águas provenientes da mina, conduzindo-as ao longo da Ruela da Lameirinha até ao aqueduto ali existente. Mais esclareceu que a respetiva intervenção já se encontra adjudicada, encontrando-se apenas a aguardar disponibilidade de mão de obra para o início da execução dos trabalhos.-----

-----Em resposta à intervenção do senhor Bruno Ferreira, o Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que as atas das sessões da Assembleia de Freguesia apenas são disponibilizadas no sítio eletrónico da União de Freguesias após a respetiva aprovação pelo órgão deliberativo, em cumprimento dos procedimentos administrativos adotados.-----

-----Em resposta às intervenções de António Cruz e Diogo Cunha, o Presidente da Junta de Freguesia informou que já foram realizadas reuniões com ambas as associações, tendo sido

ouvidos os respetivos representantes sobre as suas pretensões relativamente à utilização do espaço em questão.-----

-----Esclareceu que a decisão sobre a eventual cedência do referido espaço constitui uma competência do Executivo. Contudo, entendeu que a Assembleia de Freguesia deveria ter conhecimento da situação, atendendo à sua relevância para a comunidade e ao interesse manifestado pelas associações envolvidas.-----

-----Referiu ainda tratar-se de um assunto sensível, razão pela qual considerou importante proporcionar a ambas as entidades a oportunidade de exporem publicamente os seus argumentos, o que veio a acontecer na presente sessão da Assembleia de Freguesia.-----

-----Prosseguindo os esclarecimentos, referiu que o espaço em causa se destina à prática desportiva, tendo salientado que, na análise da situação, deverão ser ponderados diversos fatores. Entre os aspetos considerados, mencionou a dimensão e o dinamismo associativo das entidades envolvidas, referindo que o Moto Clube apresenta atualmente uma massa associativa mais expressiva e um conjunto alargado de atividades, embora muitas delas sejam desenvolvidas fora da freguesia.-----

-----Concluiu informando que existem diversos elementos a ponderar antes de ser tomada uma decisão final sobre a utilização do espaço, os quais foram enumerados durante a sessão, encontrando-se o assunto em análise por parte do Executivo.-----

-----Voltando a usar da palavra, António Cruz sugeriu como possível solução a utilização da segunda sala da Escola das Eiras, entendendo que a mesma poderá constituir uma alternativa viável para o desenvolvimento das atividades da associação. No decurso da sua intervenção, salientou igualmente o espírito solidário do Moto Clube, fazendo referência a diversas iniciativas e atividades promovidas pela associação em benefício da comunidade. Reiterou ainda a necessidade de obtenção de uma resposta com a maior brevidade possível, por forma a permitir à associação planear e delinear atempadamente as suas atividades futuras.-----

-----Em resposta, o Presidente da Junta de Freguesia reconheceu o espírito solidário e o contributo do Moto Clube para a comunidade local. Relativamente à proposta de utilização da segunda sala da Escola das Eiras, informou que essa possibilidade já havia sido anteriormente apresentada pelo anterior Presidente da associação, encontrando-se igualmente entre as soluções consideradas no âmbito da análise em curso.-----

-----Usou novamente da palavra Diogo Cunha, que referiu que o Campo de Santa Cristina não se encontra atualmente nas condições desejáveis para a prática da modalidade, manifestando ainda a sua preocupação com o que considera ser uma insuficiente manutenção daquele equipamento desportivo. Acrescentou que qualquer decisão a tomar relativamente à utilização

dos espaços desportivos da freguesia deverá ter em consideração o futuro do futebol local e o desenvolvimento da freguesia, informando que a associação pretende implementar um projeto de formação desportiva, que considera importante para a captação e desenvolvimento de jovens atletas.-----

-----Em resposta, o Presidente da Junta de Freguesia discordou da apreciação efetuada relativamente à manutenção do Campo de Santa Cristina, referindo que o Executivo tem realizado diversas intervenções de conservação e manutenção naquele equipamento. Esclareceu ainda que, durante o período em que o clube se encontrava sujeito a penalização desportiva, não foram efetuadas determinadas intervenções, tendo estas sido retomadas após o termo dessa situação. Concluiu reconhecendo que o campo não se encontra nas melhores condições, mas salientou que o Executivo tem procurado realizar as intervenções possíveis e adequadas, dentro dos recursos disponíveis, com vista à melhoria gradual das condições do equipamento desportivo.-----

-----No decurso da discussão, usou da palavra o Deputado João Fidalgo, que referiu ter conhecimento do investimento já realizado no Campo de Santiago, considerando que a utilização daquele equipamento deverá ser analisada tendo em conta o interesse da freguesia e a valorização do espaço existente. Salientou que se coloca um dilema entre manter um equipamento sem utilização efetiva ou permitir a sua utilização por uma associação capaz de o dinamizar, independentemente da natureza da atividade que venha a desenvolver. Não obstante, apelou a que qualquer decisão a tomar tenha igualmente em consideração o futuro da ADF e o seu potencial de crescimento, defendendo que não deverão ser criados obstáculos ao desenvolvimento da associação e dos projetos que esta pretende implementar em benefício da comunidade local.-----

-----Nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da lei.-----

O Presidente da Assembleia:

Carlos Marques da Silva Duarte

O 1º Secretário:

Patrícia Manuela Guimarães da Conceição

O 2º Secretário:

Bento

